

Estabilidade, 1º destaque a ser votado

Amexps

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O primeiro dos pontos polêmicos do novo substitutivo do relator Bernardo Cabral a entrar em votação na Comissão de Sistematização será o que estabelece a garantia de emprego ficando o trabalhador "protegido contra a despedida imotivada". Isto porque, de acordo com as regras regimentais baixadas pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para disciplinar a votação, a matéria será votada por títulos ou capítulos, seguindo a ordem adotada pelo substitutivo.

Quando a questão da garantia de emprego será votada, porém, ainda não se sabe. Até porque a própria votação poderá não começar amanhã, como está previsto. Ontem à tarde começava a surgir, entre alguns constituintes, a idéia de se pedir a Ulysses Guimarães mais um adiamento, de uns dez dias. Seria o prazo que a Comissão de Sistematização iria precisar para ordenar os milhares de pedidos de destaques de votação que continuavam ainda a ser apresentados e para que as lideranças partidárias pudessem examinar as propostas para melhor definir sua posição diante deles.

A não ser que a comissão decida em contrário, será dada preferência para votação ao segundo substitutivo oferecido pelo relator Bernardo Cabral. E se começará pela ordem. Primeiro o preâmbulo, depois, o título I ("Dos princípios fundamentais"), a seguir, o Título II ("Dos direitos e liberdades fundamentais"), e dentro deste, o capítulo I ("Dos direitos individuais e coletivos"), e assim por diante.

A matéria será submetida a vo-

tos pela ordem crescente dos artigos, ressalvadas as partes destacadas para votação em separado. Pode ser pedido destaque de tudo: do projeto, do 1º e do 2º substitutivos e de quaisquer emendas que tenham sido total ou parcialmente rejeitadas pelo relator. Mas só será admitido o destaque quando a parte a ele referente ajustar-se à proposição, dando-lhe sentido completo. O presidente da comissão só pode recusar pedidos de destaque se tiverem vício de forma ou se tiverem sido apresentados fora do prazo. De sua decisão de rejeição, caberá, porém, recurso ao plenário.

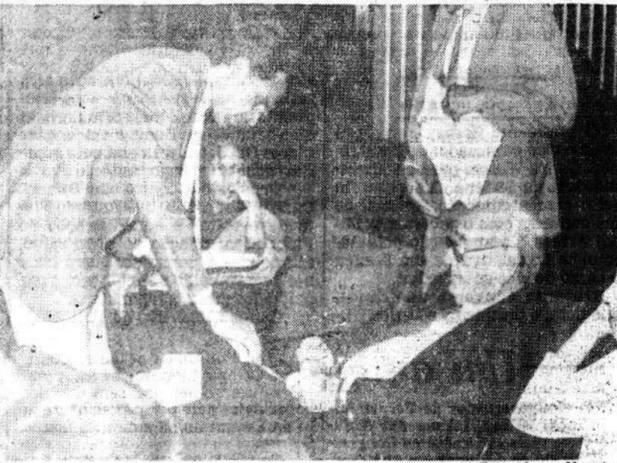
Aprovado o título ou capítulo, ficam prejudicados os seus correspondentes no projeto e no 1º substitutivo, bem como as emendas apresentadas a estes últimos, salvo as destacadas. Se rejeitado o título ou capítulo do 2º substitutivo, será votado o correspondente do 1º substitutivo e, se rejeitado, o do projeto.

Uma vez votado o título ou capítulo, serão submetidas à deliberação as partes destacadas, sejam do 2º ou do 1º substitutivos, sejam do projeto. Os líderes partidários poderão encaminhar a votação de cada título por cinco minutos e, para encaminhar a votação de cada destaque, poderão falar quatro oradores, por cinco minutos cada um, sendo dois a favor e dois contra.

Depois de votadas as partes destacadas, será a vez das emendas destacadas. Elas serão votadas na seguinte ordem: as supressivas (que tiram alguma parte do substitutivo), as substitutivas (que trocam uma parte por outra), as modificativas (que introduzem uma ou outra alteração no texto) e as aditivas (que acrescentam mais um artigo ou parágrafo).



Assessores formam filas para entregar os destaques e o trabalho dos membros da mesa da Sistematização, como Aluizio, aumenta



Fotos Alencar Monteiro

Votações separadas podem chegar a 8 mil

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A expectativa dos funcionários da Mesa da Constituinte é de que mais de oito mil pedidos de destaque para votação em separado de partes do segundo substitutivo de Bernardo Cabral sejam apresentados pelos constituintes. Até as 20 horas de ontem os pedidos já somavam 6.924, faltando ainda 318 pessoas a serem atendidas e para as quais foram distribuídas senhas numeradas.

Desde o início da tarde, filas de

funcionários dos gabinetes dos deputados e senadores tomavam o longo corredor das comissões técnicas da Câmara, esperando a vez para entregar pedidos de destaque. Muitas vezes, seus autores ainda estavam recolhendo as assinaturas necessárias dentro da Comissão de Sistematização: seis para destaques de emendas com parecer contrário ao do relator e 12 quando de parecer favorável.

O primeiro pedido de destaque foi encaminhado pelo deputado Silveira Campos (PDC-GO), que pretende restabelecer princípio que

constou do primeiro substitutivo e foi eliminado do atual: a criação do Estado de Tocantins, juntamente com mais seis estados pretendidos, e a elevação de dois territórios a estado.

Coube ao PDT a apresentação do primeiro destaque sobre sistema de governo, por intermédio do deputado Vivaldo Barbosa (RJ), prevendo a permanência do sistema presidencialista, diminuindo o mandato do presidente José Sarney para quatro anos, a realização dos dois turnos populares de eleições e a possibilidade

de censura pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta, para a destituição de ministros de Estado.

Também os parlamentaristas se articulam para apresentar destaques, já tendo sido levados à Mesa da Constituinte 23 pedidos sobre a questão do sistema de governo. A maioria discorda da fórmula pura proposta por Bernardo Cabral no segundo substitutivo, também pretendendo alterar o segundo turno para eleições presidenciais (e ainda para eleições dos governadores e prefeitos) pela via indireta de um colégio eleitoral.

PCB tem pedido polêmico

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A "contagem dos soldados", no esperado confronto entre presidencialistas e parlamentaristas, poderá ocorrer a curto prazo, pela providência sugerida pelo líder do PCB, deputado Roberto Freire: votar a supressão da expressão primeiro-ministro do dispositivo que relaciona cargos privativos de brasileiros natos.

O pedido de destaque para suprimir a expressão foi preparado pelo líder do PCB e formalizado, ontem, pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), um dos coordenadores do grupo parlamentarista interpartidário. O objetivo é definir posições, sem entrar no mérito do debate entre presidencialistas e parlamentaristas.

Roberto Freire e Israel Pinheiro Filho afirmaram que a votação permitirá aos dois grupos confirmar o número de votos com que poderão contar na Comissão de Sistematização. O resultado da votação, observou o líder do PCB, dará melhores condições a cada

corrente para avançar ou recuar nos entendimentos. Roberto Freire acha que a decisão preliminar facilitará o exame das disposições transitórias na implantação do parlamentarismo, se for o caso, ou no aperfeiçoamento do sistema presidencialista.

O dispositivo visado é o art. 11, parágrafo 4º, do capítulo 3º — Da Nacionalidade — título II. Diz o seguinte: "São privativos de brasileiros natos os cargos de presidente da República, presidente da Câmara Federal e do Senado da República, primeiro-ministro, ministro do Supremo Tribunal Federal, além dos integrantes das carreiras diplomática e militar".

O pedido de destaque para suprimir a expressão primeiro-ministro foi feito na convicção de que os parlamentaristas votarão contra e os presidencialistas a favor, o que revelará, de imediato, o quadro da comissão. Ontem, em mais um levantamento informal, o resultado foi de 42 parlamentaristas, 41 presidencialistas e dez não-identificados — do total de 93 integrantes da Comissão de Sistematização.

"No fim, dá para acomodar"

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem que não está preocupado com a votação de cerca de oito mil destaques que deverão ser apresentados ao substitutivo de Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização. Ele lembrou que muitos constituintes "desistem" de seus pedidos no processo de votação, enquanto outros destaques são rejeitados ou ficam prejudicados com a aprovação de propostas semelhantes. "No fim, dá para acomodar", disse ele.

Apesar da aparente tranquilidade do presidente da Constituinte, ele mandou cancelar sua agenda por tempo indeterminado e passou os últimos dois dias em reuniões com pequenos grupos de parlamentares ou falando pelo telefone com outros. A

definição dos pontos mais polêmicos do substitutivo — entre eles o sistema de governo e a reforma agrária — têm sido os principais alvos da sua preocupação.

Ulysses Guimarães tem repetido em várias ocasiões que a votação da nova Constituição não poderá se decidir por "maioria apertada", mas expressar a vontade majoritária da Constituinte, para garantir a sua aceitação popular. O sistema de governo, em especial, segundo afirmou recentemente, só pode ser mudado por duas formas: "Por um processo revolucionário ou por vontade de uma maioria". Daí a sua preocupação em garantir um entendimento entre os diferentes grupos, antes da votação.

Mulheres lutam por 5 pontos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As deputadas constituintes decidiram ontem concentrar seus pedidos de destaque no substitutivo de Bernardo Cabral em cinco pontos "essenciais", não incluídos no texto final que será votado na Comissão de Sistematização. Elas criticam desde o preâmbulo da Constituição, que não inclui a diferenciação de sexo, até a questão da titularidade da terra, restrita ao homem. "Vamos trabalhar ante os membros da Comissão de Sistematização para que nossas propostas sejam aceitas, já que Bernardo Cabral não cumpriu o que prometeu", afirmou a deputada Moema São Thiago (PDT-CE).

Aposentadoria para a mulher com 25 anos de trabalho, igualdade salarial no capítulo dos Direitos Sociais, igualdade entre o homem e a mulher em direitos e obrigações, mudança no conceito de família e extensão dos direitos trabalhistas — salário-família e licença de gestante — à empregada doméstica — são os outros pontos do substitutivo dos quais as deputadas pediram destaque.

Segundo a deputada Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), é mais fácil tentar aprovar destaques na Comissão de Sistematização — onde o universo é pequeno — do que em plenário, com número de parlamentares incomparavelmente superior. "Vamos preservar nossa unidade e lutar em bloco por nossos objetivos", disse Ana Maria.

Lourenço faz contas e diz que governo perde

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

De 49 peemedebistas integrantes da Comissão de Sistematização, apenas 12 votam a favor do presidencialismo. A afirmação é do líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), que ontem esteve com o presidente José Sarney, em reunião de que participaram também o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), o deputado Prisco Viana (PMDB-BA) e o deputado Sarney Filho (PFL-MA). "O quadro é reversível, mas difícil", acentuou o parlamentar liberal, admitindo que o encontro tinha como objetivo "uma avaliação de votos". "O presidente nos dirigiu apelos para que arranjesmos mais apelos", disse Lourenço. Esses "apelos" serão obtidos "conversando", segundo o líder pefelista, para quem inverter a situação "depende de decisão com determinação". "Se o presidente, no regime presidencialista, quiser reverter o quadro, consegue".

Lourenço não vê motivo para se pensar que o presidente Sarney esteja indignado com o PMDB, por sua posição parlamentarista. "Indignado como, se deu agora o Ministério da



Prisco Viana

Reforma Agrária e ainda vai dar a Sudeste ao PMDB?" O deputado Carlos Sant'Anna, que também participou da reunião

de ontem com o presidente Sarney, aposta em que os parlamentaristas não chegarão a consenso algum, apesar de informado pelo senador José Richa (PMDB-PR) de que até amanhã haverá outra fórmula. Sant'Anna acha que a falta de consenso é a possibilidade de vitória do presidencialismo. Enquanto se espera a solução a ser apresentada por Richa, continua em ação a estratégia do Palácio do Planalto para inverter a tendência parlamentarista na Constituinte.

O relato feito ontem ao presidente Sarney deverá repetir-se todos os dias. O líder do governo mantém-se otimista e espera contar com a influência dos governadores para derrubar a proposta de "parlamentarismo acadêmico e lírico" de Bernardo Cabral.

O grupo governista continua trabalhando com as emendas presidencialistas dos deputados Theodoro Mendes, Ricardo Flúza e Manoel Moreira, além de Vivaldo Barbosa, do PDT. De acordo com Sant'Anna, há convergência em cerca de 80% dos dispositivos. Na hora da votação, no entanto, o grupo governista apoiará o destaque que obtiver preferência, pois todas as emendas coincidem com os interesses do governo.

Plebiscito, para evitar o confronto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Só o plebiscito evita o confronto." A advertência é do líder do PTB, deputado Gastone Righi, contrário à implantação do parlamentarismo através de uma disputa entre o presidente da República e a Assembleia Nacional Constituinte. Ela reflete a preocupação de importantes líderes políticos para os quais é perigoso para o Brasil introduzir, de imediato, novo regime de governo, com imposição ao presidente José Sarney, as forças que o apóiam e a manifestação contrária dos ministros militares.

Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) está recolhendo assinaturas de apoio à introdução do parlamentarismo gradual, em dois anos, com o que se respeitariam os seis anos de mandato do presidente Sarney e haveria tempo para que a sociedade brasileira se habituasse à inovação.

"SERIA O CAOS?" "Vamos precisar reunir mais de 47 votos na Comissão de Sistematização para impedir a implantação imediata do parlamentarismo, no que não temos interesse. Seria o caos", reconhece outro parlamentarista exaltado, o secretário do PFL, Saulo Queiroz. Ele informa "ter passado a manhã de ontem trabalhando a favor de destaques, um pela realização do plebiscito, a ser promovido em novembro de 1988 simultaneamente com as eleições municipais, para ouvir o povo sobre o novo sistema de governo; outro para emenda segundo a qual até a implantação o presidente da República exerce simultaneamente as funções de chefe de Estado e chefe do governo; e um terceiro destaque, segundo o qual o parlamentarismo se implantaria, em caráter permanente em 9 de janeiro de 1990, com a posse do primeiro ministro. Em cima desses destaques, vamos trabalhar".

Indagado se manteria acordo com os parlamentaristas de seu partido em torno da realização do plebiscito, o líder José Lourenço concordou, com certa relutância: "Houve entendimento, conversa, cada um chama como quer..." Depois acrescentou: "Tudo isso passa pela adesão de parte do PMDB a nossa causa. Estou interessado em costurar a unidade do PFL. Pelo que tenho conversado com Carlos Chiarelli, Alceci Guerra e Saulo Queiroz, o acordo depende do plebiscito a ser realizado simultaneamente com as eleições municipais. O povo é quem vai dizer qual o sistema de governo que quer".

O líder do PTB, Gastone Righi, faz apelo à conciliação. "O confronto inviabiliza o parlamentarismo e a própria Constituição. Eles somente podem nascer do consenso. Somente maiorias revolucionárias podem impor sua vontade. Agora, se o Planalto continuar em postura de confronto, não vamos ter nem parlamentarismo nem presidencialismo. A saída é o plebiscito, a consulta popular", diz Righi.

Falta de resposta é desrespeito, diz Afif

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) enviou ontem ofício ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reclamando contra o fato de não ter ainda recebido resposta a requerimento de informações enviado dia 10 de julho ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, sobre a gestão dos recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) a partir da extinção do BNH.

Segundo o deputado, "tal silêncio ou negativa constitui-se num desrespeito ao Poder Legislativo e, especificamente, em descumprimento da Lei n.º 7295, de 1984, que dispõe sobre

o processo de fiscalização pela Câmara ou Senado dos atos do Poder Executivo, que ensejará a apuração de responsabilidade do infrator, de acordo com a legislação processual pertinente".

Afif Domingos chama, ainda, a atenção de Ulysses Guimarães para a necessidade de se inserir na nova Constituição "dispositivos precisos que deem a eficácia necessária à ação fiscalizadora" da Câmara e do Senado. E pede "penas compatíveis para o descumprimento ou não atendimento do requerido pelo Parlamento ou comissões técnicas".

O pedido de informações enviado por Afif Domingos ao Gabinete Civil foi apoiado pelo líder do PT na Constituinte, Luiz Inácio da Silva.

Contra co-gestão sem debate

O deputado Afif Domingos, do PL de São Paulo, só concorda com a participação dos empregados na administração das empresas se a medida for precedida pela co-gestão dos fundos sociais, atualmente administrados pelo governo. O deputado paulista acusou o relator Bernardo Cabral de ter incluído a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas "a seco, na calada da noite e sem discussão com a sociedade", prevenindo que o dispositivo "acabará se tornando 'letra morta', por não se adaptar à realidade empresarial brasileira.

O deputado paulista disse que a medida não constou de nenhum dos entendimentos feitos pelo relator Bernardo Cabral na fase que antecede

deu a apresentação do seu segundo substitutivo: "Portanto, tenho certeza de que esse dispositivo foi incluído em decorrência das últimas negociações de cúpula". O deputado Luis Salomão, do PDT fluminense, contudo, observou não haver motivo para espanto diante da inclusão do dispositivo no substitutivo de Cabral, lembrando que "ele foi consagrado desde a Carta de 46".

Mas Afif Domingos não gostou da iniciativa do relator, observando que, enquanto nas Constituições anteriores a participação nos lucros ou na gestão da empresa só poderia ocorrer excepcionalmente, o substitutivo remeteu a questão para lei ordinária, ou para a negociação coletiva.

PT vai votar no presidencialismo

A bancada federal do PT votará maciçamente no sistema presidencialista de governo. A informação foi dada, ontem, pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP), para quem a decisão já foi tomada e todos a respeitarão. A bancada tem 16 membros, oito dos quais são paulistas.

Plínio de Arruda Sampaio disse que, apesar da simpatia dos petistas pelo parlamentarismo, a direção nacional do partido se decidiu pelo presidencialismo, após demorada consulta às bases.

Perguntado se na votação em plenário alguns deputados não poderiam rever a posição, Plínio Sampaio foi enfático: "A vontade das bases é o presidencialismo e, disciplinados como somos, obedeceremos à orientação do partido".

Grupo interpartidário dá apoio ao texto do relator

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os presidencialistas da Comissão de Sistematização poderão aceitar a emenda que prevê a adoção do parlamentarismo gradual se constatarem, até amanhã, que são minoria naquele órgão. Essa é a expectativa dos coordenadores do grupo parlamentarista interpartidário, para quem o governo terá uma única opção: endossar a emenda Bonifácio de Andrada para evitar o parlamentarismo já, proposto pelo relator Bernardo Cabral.

As diversas correntes parlamentaristas na Comissão de Sistematização chegaram ontem, finalmente, a um acordo: todos querem a nova forma de governo incluída como disposição permanente na futura Constituição. Mesmo assim ainda há divergências em relação à duração do mandato do presidente José Sarney, à forma e à data de implantação do sistema. Assim, deverão pedir destaques para emendas diferentes quando a matéria for submetida à votação na Sistematização.

Ontem, os líderes peemedebistas na Constituinte, Euclides Scalco; na Câmara, Luiz Henrique; e no Senado, Fernando Henrique Cardoso; do PC do B, Haroldo Lima; do PCB, Roberto Freire; e do PSB, Jamil Haddad,

divulgaram nota defendendo a adoção do parlamentarismo, "que corresponde aos anseios da maioria das bancadas que representam e que foi muito bem interpretado pelo relator". Eles assumiram também o compromisso de rejeitar a proposta de submeter ao colégio eleitoral a decisão sobre o segundo turno na escolha do futuro presidente da República. Reafirmaram ainda que não concordam com a implantação do parlamentarismo no âmbito municipal.

Os coordenadores do grupo parlamentarista interpartidário acreditam que, se a proposta gradualista, baseada na emenda Bonifácio de Andrada, tiver o apoio por escrito de 20 a 25 constituintes, o Palácio do Planalto mudará sua estratégia. E dará sinal verde ao líder Carlos Sant'Anna para completar o quórum de 47 assinaturas, consolidando a maioria na comissão, que tem 93 integrantes.

"A emenda do Andrada é a menos ruim para o governo", disse ontem o deputado José Ulysses, um dos que estão em entendimento com os presidencialistas. Também querem a negociação Cid Carvalho e Israel Pinheiro Filho, do PMDB; Saulo Queiroz e Carlos Chiarelli, do PFL; Joa-

quim Bevilacqua, do PTB; e Bonifácio de Andrada, do PDS; todos sob a coordenação do senador peemedebista José Richa.

Enquanto o grupo parlamentarista interpartidário busca negociações, os líderes dos partidos na Constituinte que também querem o parlamentarismo ainda têm mais divergências do que consenso. O PMDB, segundo Euclides Scalco, aceita um período de transição de 12 meses, mas quer quatro anos de mandato para Sarney. Nessa fase, não poderá haver voto de censura ao primeiro-ministro, escolhido pelo presidente da República, mas aprovado pela Câmara. Se o Legislativo rejeitar a indicação, o presidente terá de renová-la até ser aceita, sem possibilidade de dissolução da Câmara.

Com essa fórmula, no entanto, não concorda o grupo liderado pelo senador José Richa, que defende a implantação gradual do sistema, em 1989, e no primeiro ano não aceita moções de censura, enquanto a indicação do primeiro-ministro não dependeria de aprovação da Câmara. Já o Movimento de Unidade Progressista do PMDB — MUP — quer a adoção imediata do parlamentarismo e a consequente redução do mandato do presidente Sarney. Sem entendimento, os três grupos vão pedir destaques para emendas diferentes.